

A única saída

Relator pede cassação de ACM e Arruda; senador baiano já fala em renúncia

Diana Fernandes e Francisco Leali

BRASÍLIA

Saturnino Braga (PSB-RJ) foi ainda mais duro do que se esperava e, ao ler ontem o relatório sobre a violação do painel do Senado, pediu claramente a cassação de Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e José Roberto Arruda (sem partido-DF). Horas antes, Antonio Carlos surpreendeu ao admitir, pela primeira vez, a possibilidade de renunciar para escapar da punição. No PFL, já há parlamentares apostando que será a saída.

O gesto extremo seria feito antes da abertura do processo, para evitar a perda dos direitos políticos. De hoje até quarta-feira, dia da votação do relatório de Saturnino no Conselho de Ética, Antonio Carlos e seus aliados vão tentar ampliar os votos contra a cassação. Se ficar evidente que não terá mais do que os cinco do PFL, poderá renunciar antes da votação do relatório. Caminho que deverá ser seguido por Arruda.

Em entrevista ao "Bom Dia Brasil", da Rede Globo, Antonio Carlos, perguntado sobre as decisões que poderá tomar, respondeu que tudo é possível.

— Até a renúncia? — perguntou o repórter.

— Até a renúncia, conforme as circunstâncias. O que não posso é privar a Bahia de um representante no Senado ou do governo do estado. E a Bahia me quer eleito para alguma dessas duas coisas — declarou.

Ao reforçar a disposição de concorrer nas eleições do ano que vem, deixou claro que não correrá o risco de perder os direitos políticos por oito anos, a consequência imediata da cassação do mandato. Mas pouco depois da entrevista ser levada ao ar, negou mais de uma vez que esteja considerando essa possibilidade. Ao chegar ao Senado, disse:

— Não vou renunciar, estou indignado com aquelas frases da televisão. Não disse que ia renunciar.

Lido o relatório, repetiu:

— Não há hipótese de renúncia. Espero vencer e disputar os votos na área própria. Hoje não considero a hipótese de renúncia.

Arruda já teria ouvido assessores

• Arruda também negou que esteja considerando a hipótese. Tem dito a amigos que seria seu pior fim. Também criticou o relatório:

— É um assunto (renúncia) que nem cogito. Tenho convicção é de que um relatório não pode pedir para abrir um processo contra você já estabelecendo que sua pena será a de morte.

Reservadamente, porém, já teria consultado assessores jurídicos do Senado sobre as implicações de uma renúncia.

O deputado Arthur Virgílio (PSDB-AM), que esteve com Arruda, continua considerando que essa é a melhor saída para ele:

— Já o aconselhei uma vez sobre isso e seria desleal repetir hoje. Agora é com ele.

Só fiéis escudeiros defendem ACM

• Embora Antonio Carlos negue que vá renunciar, o clima entre aliados e auxiliares já é de pessimismo. Apenas fiéis escudeiros da Bahia fazem coro ao discurso do chefe:

— Apostamos na história política do senador. O relatório fugiu da argumentação jurídica, não tem fundamento — disse o deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA).

O relatório de Saturnino, que também recomenda o voto aberto, desanimou o PFL. Senadores e deputados do partido estimavam que as chances de impedir o processo de cassação são inferiores a 50%. O voto secreto no Conselho de Ética era considerado pelos pefelistas uma vantagem para novos apoios.

— Cresceu muito a possibilidade da renúncia. Está mais claro agora que se ele não conseguir um entendimento com senadores de outros partidos, optará pela renúncia — admitiu um senador do PFL. ■

O apagão do senador da Bahia



"O Senado não vai me abandonar"
(20-4-2001)

"Este é um momento difícil, mas o Senado terá força e sabedoria para tomar uma decisão. Essa hipótese de renúncia não existe. E não creio também em cassação. Seria uma violência"

(25-4-2001, na véspera de seu depoimento no Conselho de Ética)

"O que estão fazendo comigo é linchamento político, mas na Bahia o apoio que tenho recebido é total. A Bahia não aceitará essa agressão. Por isso não existe possibilidade de renúncia"

(29-4-2001)

"Não cogito a cassação nem penso em renunciar a um mandato que o povo baiano me deu. Também não contemplo a hipótese de suspensão do mandato"

(4-5-2001)

"Querem soltar o Lalau (o juiz Nicolau dos Santos Neto) e cassar o meu mandato. Isso não vai acontecer. Mas, se acontecer, eu volto para a Bahia e a Bahia vai me dar o Senado ou um cargo mais importante"

(11-5-2001)

"Tudo é possível. Até a renúncia, dependendo das circunstâncias. O que não posso é privar a Bahia de um representante no Senado ou no governo do estado. E a Bahia me quer num desses dois cargos"

(ontem de manhã, antes de o relator Saturnino Braga pedir a cassação de seu mandato)

"Estou indignado com aquela frase da televisão, minhas palavras foram exploradas pela emissora de TV, não disse que ia renunciar. Não há a menor hipótese de renúncia. Espero vencer e disputar os votos na área própria. Hoje não considero a hipótese da renúncia" (ontem, horas depois de admitir a renúncia em entrevista à TV Globo)

O dia D para a renúncia

• Os senadores Antonio Carlos e José Roberto Arruda têm uma semana para renunciar sem correr o risco de perder os direitos políticos por oito anos. Se o Conselho de Ética aprovar o relatório de Saturnino Braga pela cassação, a partir da data da decisão da Mesa sobre a abertura do processo não caberia mais a renúncia. Essa decisão sai até o dia 24.

Na quarta-feira o conselho (15 integrantes com direito a voto) se reúne para votar o relatório de Saturnino. Uma vez votado, ele vai para a Mesa Diretora (sete membros), que vota o encaminhamento de uma representação pedindo a abertura do processo. A Mesa não tem prazo para se manifestar, mas o senador Carlos Wilson já disse que se for o relator, despacha em 24 horas.

Até o momento em que a Mesa se pronuncia, a renúncia evita a perda de direitos políticos, mesmo que a cassação seja aprovada por uma nova votação no Conselho de Ética, outra na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e o referendo do plenário. Se o processo voltar ao conselho, será aberto o prazo para defesa, de dez dias. Em tese, pode ser nomeado novo relator, mas Saturnino deverá ser mantido.

• OS PRÓXIMOS PASSOS

• Após a leitura do relatório, ontem, foi aberto prazo de cinco dias úteis porque aliados do senador Antonio Carlos pediram vista do parecer de Saturnino Braga. Depois desse prazo, o procedimento será o seguinte:

• 23 DE MAIO

• Vence o prazo de cinco dias úteis do pedido de vistas do parecer do relator Roberto Saturnino Braga (PSB-RJ). O relatório e o eventual voto em separado preparado pelos carlistas serão votados no Conselho de Ética. Logo após a votação, o parecer pedindo a cassação, se aprovado, será encaminhado à Mesa do Senado.

• 24 DE MAIO

• O relator do processo na Mesa do Senado, Carlos Wilson (PPS-PE), deverá entregar seu parecer em 24 horas. Se seu parecer for aprovado pelos integrantes da Mesa, aceitando o pedido de abertura de processo para cassação, o processo é devolvido para o Conselho de Ética no mesmo dia. Assim que a Mesa deliberar, acaba o prazo para a renúncia. A partir deste momento, não adianta mais os dois acusados renunciarem porque, de qualquer forma, já terão perdido o prazo para evitar a perda dos direitos políticos por oito anos.

• DE 13 A 20 DE JUNHO

• Assim que o processo chegar de volta ao Conselho de Ética, será nomeado outro relator e se fixarão novos prazos para defesa dos acusados. A partir do dia 13 o Conselho pode votar o mérito da cassação ou outra punição que seja recomendada por seus integrantes, como suspensão temporária do mandato.

• 21 DE JUNHO

• O processo por quebra de decoro parlamentar pode começar a tramitar na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), por onde também deve passar antes de ir a plenário. Se for aprovado na CCJ, será votado no plenário. Para aprovar a suspensão temporária do mandato é necessário maioria simples. Para a cassação, é preciso a maioria absoluta dos votos dos 81 senadores.